

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	43
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	13.244.400
Preferenciais	0
Total	13.244.400
Em Tesouraria	
Ordinárias	11.000
Preferenciais	0
Total	11.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	137.502	141.943
1.01	Ativo Circulante	73.635	79.195
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.529	3.001
1.01.03	Contas a Receber	25.651	23.639
1.01.03.01	Clientes	25.651	23.639
1.01.04	Estoques	28.314	32.152
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.628	10.527
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.628	10.527
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.513	9.876
1.01.08.03	Outros	9.513	9.876
1.02	Ativo Não Circulante	63.867	62.748
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.049	9.278
1.02.01.07	Tributos Diferidos	9.133	8.362
1.02.01.07.02	Tributos a recuperar	9.133	8.362
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1	1
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	915	915
1.02.01.10.03	Outros	915	915
1.02.02	Investimentos	45.890	45.478
1.02.02.01	Participações Societárias	45.890	45.478
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	45.890	45.478
1.02.03	Imobilizado	7.825	7.879
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.825	7.879
1.02.04	Intangível	103	113
1.02.04.01	Intangíveis	103	113
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	103	113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	137.502	141.943
2.01	Passivo Circulante	55.707	58.652
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.896	3.175
2.01.01.01	Obrigações Sociais	372	465
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.524	2.710
2.01.02	Fornecedores	16.323	21.938
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.923	12.108
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.400	9.830
2.01.03	Obrigações Fiscais	641	598
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	72	95
2.01.03.01.03	PAEX Tributos Federais	72	95
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	569	503
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.978	16.670
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.978	16.670
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.978	16.670
2.01.05	Outras Obrigações	17.869	16.271
2.01.05.02	Outros	17.869	16.271
2.01.05.02.04	Outros	17.869	16.271
2.02	Passivo Não Circulante	31.826	32.752
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.821	4.719
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.821	4.719
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.821	4.719
2.02.02	Outras Obrigações	26.399	26.447
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	18.641	18.641
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	18.641	18.641
2.02.02.02	Outros	7.758	7.806
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	150	150
2.02.02.02.03	Fornecedores	76	124
2.02.02.02.04	Outros	7.532	7.532
2.02.03	Tributos Diferidos	1.300	1.280
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.300	1.280
2.02.03.01.01	PAEX - INSS	359	516
2.02.03.01.03	PPI - ICMS	941	764
2.02.04	Provisões	306	306
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	306	306
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	210	210
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	96	96
2.03	Patrimônio Líquido	49.969	50.539
2.03.01	Capital Social Realizado	47.030	47.030
2.03.02	Reservas de Capital	-43	-43
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-43	-43
2.03.04	Reservas de Lucros	3.193	3.193
2.03.04.01	Reserva Legal	1.880	1.880
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.313	1.313
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-211	359

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.282	45.622
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-30.497	-40.676
3.03	Resultado Bruto	6.785	4.946
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.737	-6.087
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.828	-5.297
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.701	-2.876
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	380	1.624
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	412	462
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.048	-1.141
3.06	Resultado Financeiro	-2.618	-1.322
3.06.01	Receitas Financeiras	699	931
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.317	-2.253
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-570	-2.463
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-570	-2.463
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-570	-2.463
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04	-0,19
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,04	-0,19

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros resultados abrangentes no período/exercício divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-747	-1.068
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-693	-2.634
6.01.01.01	Depreciação e amortização	200	175
6.01.01.02	Resultado da equivalência patrimonial	-412	-462
6.01.01.03	Constituição/(Reversão) de PECLD	89	116
6.01.01.04	Lucro/(Prejuízo) do período	-570	-2.463
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-54	1.566
6.01.02.01	Contas a Receber	-2.102	1.820
6.01.02.02	Estoques	3.839	856
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	2.128	1.611
6.01.02.04	Fornecedores	-5.663	5.404
6.01.02.05	Outros Passivos	1.382	-493
6.01.02.06	Outros Ativos	362	-7.632
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-135	-820
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	410	2.429
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-472	541
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.001	1.912
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.529	2.453

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	47.030	3.150	359	0	0	50.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	47.030	3.150	359	0	0	50.539
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-570	0	0	-570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-570	0	0	-570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	47.030	3.150	-211	0	0	49.969

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.542	2.881	9.732	0	0	45.155
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.542	2.881	9.732	0	0	45.155
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-2.463	0	0	-2.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-2.463	0	0	-2.463
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.542	2.881	7.269	0	0	42.692

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	42.848	53.069
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.945	52.953
7.01.02	Outras Receitas	-8	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-89	116
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.008	-42.418
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.248	-35.197
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.760	-7.221
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.840	10.651
7.04	Retenções	-200	-175
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-200	-175
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.640	10.476
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	444	481
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	412	462
7.06.02	Receitas Financeiras	32	19
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.084	10.957
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.084	10.957
7.08.01	Pessoal	4.633	4.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.270	3.489
7.08.01.02	Benefícios	1.172	1.243
7.08.01.03	F.G.T.S.	191	190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.252	5.984
7.08.02.01	Federais	1.755	2.294
7.08.02.02	Estaduais	3.497	3.690
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.769	2.514
7.08.03.01	Juros	2.440	1.179
7.08.03.02	Aluguéis	1.329	1.335
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-570	-2.463
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-570	-2.463

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	124.148	129.991
1.01	Ativo Circulante	79.782	86.322
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.534	3.008
1.01.03	Contas a Receber	26.308	24.953
1.01.03.01	Clientes	26.308	24.953
1.01.04	Estoques	28.314	32.152
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.791	15.968
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.791	15.968
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.835	10.241
1.01.08.03	Outros	9.835	10.241
1.02	Ativo Não Circulante	44.366	43.669
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.366	13.571
1.02.01.07	Tributos Diferidos	11.181	10.386
1.02.01.07.02	Tributos a recuperar	11.181	10.386
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.268	2.268
1.02.01.09.03	Outros	2.268	2.268
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	917	917
1.02.01.10.03	Outros	917	917
1.02.02	Investimentos	20	20
1.02.02.01	Participações Societárias	20	20
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	20	20
1.02.03	Imobilizado	17.041	17.129
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.041	17.129
1.02.04	Intangível	12.939	12.949
1.02.04.01	Intangíveis	111	121
1.02.04.01.02	Outros	111	121
1.02.04.02	Goodwill	12.828	12.828

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	124.148	129.991
2.01	Passivo Circulante	50.224	54.306
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.897	3.175
2.01.01.01	Obrigações Sociais	372	465
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.525	2.710
2.01.02	Fornecedores	16.603	22.295
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.203	12.435
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.400	9.860
2.01.03	Obrigações Fiscais	858	936
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	288	401
2.01.03.01.05	Outros	154	174
2.01.03.01.06	Provisão IRPJ e CSLL	134	227
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	570	535
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.299	16.964
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.299	16.964
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.299	16.964
2.01.05	Outras Obrigações	11.567	10.936
2.01.05.02	Outros	11.567	10.936
2.01.05.02.04	Outros	11.567	10.936
2.02	Passivo Não Circulante	23.955	25.146
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.821	4.897
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.821	4.897
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.821	4.897
2.02.02	Outras Obrigações	18.481	18.537
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	278	278
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	278	278
2.02.02.02	Outros	18.203	18.259
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	150	150
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.830	2.878
2.02.02.02.04	Outros	15.223	15.231
2.02.03	Tributos Diferidos	1.347	1.406
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.347	1.406
2.02.03.01.01	Parcelamento Tributos Federais	407	582
2.02.03.01.03	PPI ICMS	940	824
2.02.04	Provisões	306	306
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	306	306
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	210	210
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	96	96
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	49.969	50.539
2.03.01	Capital Social Realizado	47.030	47.030
2.03.02	Reservas de Capital	-43	-43
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-43	-43
2.03.04	Reservas de Lucros	3.193	3.193
2.03.04.01	Reserva Legal	1.880	1.880
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.313	1.313

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-211	359

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.365	46.310
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.974	-39.773
3.03	Resultado Bruto	7.391	6.537
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.131	-7.297
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.816	-5.502
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.657	-2.823
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	342	1.028
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.260	-760
3.06	Resultado Financeiro	-2.704	-1.510
3.06.01	Receitas Financeiras	703	1.074
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.407	-2.584
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-444	-2.270
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-126	-193
3.08.01	Corrente	-134	-201
3.08.02	Diferido	8	8
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-570	-2.463
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-570	-2.463
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-570	-2.463
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,04	-0,19
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,04	-0,19

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros resultados abrangentes no período/exercício divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-596	-699
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-123	-1.939
6.01.01.01	Depreciação e amortização	232	207
6.01.01.02	Constituição/(Reversão) PECLD	89	116
6.01.01.03	Lucro/(Prejuízo) do período	-570	-2.463
6.01.01.04	IRPJ e CSLL	126	201
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-473	1.240
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.445	2.267
6.01.02.02	Estoques	3.839	856
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	2.390	1.660
6.01.02.04	Fornecedores	-5.740	5.221
6.01.02.06	Outros ativos	407	-7.642
6.01.02.07	Outros passivos	76	-1.122
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-135	-926
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	259	2.097
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-472	472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.001	1.991
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.529	2.463

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	47.030	3.150	359	0	0	50.539	0	50.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	47.030	3.150	359	0	0	50.539	0	50.539
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-570	0	0	-570	0	-570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-570	0	0	-570	0	-570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	47.030	3.150	-211	0	0	49.969	0	49.969

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.542	2.881	9.732	0	0	45.155	0	45.155
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.542	2.881	9.732	0	0	45.155	0	45.155
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-2.463	0	0	-2.463	0	-2.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-2.463	0	0	-2.463	0	-2.463
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.542	2.881	7.269	0	0	42.692	0	42.692

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	42.981	53.858
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.331	53.563
7.01.02	Outras Receitas	739	179
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-89	116
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.178	-41.621
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.724	-34.295
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.454	-7.326
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.803	12.237
7.04	Retenções	-234	-208
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-234	-208
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.569	12.029
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-16	124
7.06.02	Receitas Financeiras	-16	124
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.553	12.153
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.553	12.153
7.08.01	Pessoal	4.633	4.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.270	3.489
7.08.01.02	Benefícios	1.172	1.243
7.08.01.03	F.G.T.S.	191	190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.638	6.891
7.08.02.01	Federais	2.084	2.985
7.08.02.02	Estaduais	3.554	3.906
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.852	2.803
7.08.03.01	Juros	2.523	1.468
7.08.03.02	Aluguéis	1.329	1.335
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-570	-2.463
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-570	-2.463

Comentário do Desempenho

NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta (NUTR3)
CNPJ/MF Nº 51.128.999/0001-90
NIRE 35.300.320.930

A Nutriplant Indústria e Comércio S.A. (NUTR3) anuncia os resultados operacionais do período de três meses encerrado em março de 2026, com os seguintes destaques:

- ✓ EBITDA de R\$ 2,5 milhões no 1T26, 550,8% acima do valor realizado de R\$ 0,6 milhão negativo no mesmo período do ano anterior;
- ✓ Receita líquida atinge R\$ 37,4 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2026, 19,3% abaixo dos R\$ 46,3 milhões registrados no mesmo período de 2025;
- ✓ Lucro bruto atinge R\$ 7,4 milhões no 1T26 com margem de 19,8%, 13,1% acima do lucro bruto realizado no 1T25 que foi de R\$ 6,5 milhões com margem de 14,1%;
- ✓ Despesas gerais, administrativas e comerciais totalizam R\$ 5,5 milhões no 1T26, redução de 34,3% quando comparadas aos R\$ 8,3 milhões realizados no 1T25;
- ✓ Prejuízo líquido de R\$ 0,6 milhão no 1T26, apresentando uma redução de 76,9% quando comparado ao prejuízo líquido de R\$ 2,5 milhões realizados no mesmo período de 2025.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Companhia realizou no 1T26 um EBITDA de R\$ 2,5 milhões, apresentando um aumento de 550,8% quando comparado ao valor de R\$ 0,6 milhão negativo realizado no 1T25. Os principais fatores que influenciaram positivamente o EBITDA foram a redução nas despesas operacionais e a melhora da margem operacional bruta do faturamento do primeiro trimestre de 2026.

No trimestre encerrado em 31 de março de 2026, a receita líquida da Nutriplant foi de R\$ 37,4 milhões, inferior em 19,3% aos R\$ 46,3 milhões de receita líquida realizada no mesmo período de 2025. O lucro bruto registrado no 1T26 foi de R\$ 7,4 milhões, 13,1% acima dos R\$ 6,5 milhões realizados no primeiro trimestre de 2025. Houve uma recuperação da margem bruta no 1T26 que foi de 19,8% em comparação à margem bruta de 14,1% registrada no mesmo período de 2025.

Comentário do Desempenho

As despesas gerais, administrativas e comerciais totalizaram R\$ 5,5 milhões no primeiro trimestre de 2026, apresentando uma redução de 34,3% quando comparadas aos R\$ 8,3 milhões gastos no mesmo período de 2025. Essa redução significativa no 1T26 ocorreu principalmente em função da contabilização de fretes e despesas com exportação no 1T25 referente ao exercício de 2024. Os gastos gerais de fabricação totalizaram R\$ 5,1 milhões no 1T26, representando 13,7% sobre a receita líquida do período, 2,4% acima se comparado aos 5,0 milhões (10,8% s/ RL) registrados no 1T25.

Os custos com os produtos vendidos no trimestre de janeiro a março de 2026 foram de R\$ 30,0 milhões, representando 80,2% sobre o valor da receita líquida, abaixo em 24,6% aos R\$ 39,8 milhões gastos no mesmo período do ano anterior, que representaram 85,9% sobre o valor da receita líquida da Companhia. A redução registrada nos custos com os produtos vendidos da Companhia ocorreu no custo com matérias primas, que no 1T26 totalizou R\$ 24,9 milhões (82,9% do CPV) e no 1T25 R\$ 34,8 milhões (87,4% do CPV).

O resultado operacional realizado antes do resultado financeiro no 1T26 foi de R\$ 2,3 milhões, apresentando uma recuperação de 397,4% quando comparado ao R\$ 0,8 milhão negativo realizado no 1T25. No primeiro trimestre de 2026 foi registrado um prejuízo líquido de R\$ 0,6 milhão, inferior em 76,9% quando comparado ao prejuízo líquido de R\$ 2,5 milhões realizados no 1T25.

Destques Financeiros Consolidados (R\$ mil)	1T26	AV (%)	1T25	AV (%)	Var. (%) 1T26/1T25
Receita operacional bruta	43.726		55.470		-21,2%
Receita operacional líquida	37.365	100,0%	46.310	100,0%	-19,3%
Custos dos produtos vendidos	(29.974)	-80,2%	(39.773)	-85,9%	-24,6%
Lucro bruto	7.392	19,8%	6.537	14,1%	13,1%
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(5.473)	-14,6%	(8.325)	-18,0%	-34,3%
Outras (despesas) receitas	342	0,9%	1.028	2,2%	-66,7%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.261	6,0%	(760)	-1,6%	-397,4%
Resultado financeiro líquido	(2.704)	-7,2%	(1.510)	-3,3%	79,1%
Resultado antes das provisões tributárias	(444)	-1,2%	(2.270)	-4,9%	-80,5%
Lucro / (Prejuízo) do período	(570)	-1,5%	(2.463)	-5,3%	-76,9%
DEMONSTRAÇÃO EBITDA					
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(570)	-1,5%	(2.463)	-5,3%	-76,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126	0,3%	193	0,4%	-34,7%
Resultado Financeiro Líquido	2.704	7,2%	1.510	3,3%	79,1%
Depreciação e amortização	233	0,6%	207	0,4%	12,6%
EBITDA	2.493	6,7%	(553)	-1,2%	-550,8%

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

O endividamento bancário bruto da Companhia apresentou um leve acréscimo de R\$ 0,2 milhão no primeiro trimestre de 2026, passando de R\$ 21,9 milhões em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 22,1 milhões em 31 de março de 2026, principalmente em contratos de curto prazo.

O resultado financeiro líquido da Companhia passou de R\$ 1,5 milhão de despesas financeiras no 1T25 para R\$ 2,7 milhões no 1T26, principalmente em função dos juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e fornecedores no período. O resultado financeiro é composto pelos juros líquidos, variação cambial sobre ativos e passivos em moedas estrangeiras, descontos concedidos, entre outras.

MERCADO DE CAPITAIS

O BTG PACTUAL CTVM S.A. atua como formador de mercado das ações da Companhia negociadas na B3 desde junho de 2023. A Administração da Companhia acredita que esta medida incentiva a demanda por suas ações e o crescimento das companhias favorecidas junto ao mercado de capitais brasileiro.

Com a descontinuidade do segmento Bovespa Mais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a partir de 16 de março de 2026, a Companhia foi automaticamente migrada para o Segmento Básico, não alterando o seu registro como sociedade de capital aberto nem suas obrigações regulatórias perante a CVM.

A participação societária da Companhia em 31 de março de 2026 estava composta:

Acionistas	Ações ON	% Participação
Controladores	9.930.000	75,0%
Mercado/Tesouraria	3.314.400	25,0%
Total de Ações	13.244.400	100,0%

A Companhia continuará focada em sua missão de criar produtos diferenciados para maximizar a produtividade da atividade de seus clientes por meio do desenvolvimento de tecnologia agrônômica, mantendo seus esforços em melhorar a eficiência operacional, adequando sua equipe comercial e buscando ampliar seus canais de distribuição e oferta de produtos. A Companhia busca também uma maior liquidez e menor dependência na captação de recursos de terceiros para financiar seu capital de giro e espera que seu crescimento acompanhe a expansão da produção, eficiência e rentabilidade do agronegócio brasileiro.

Ricardo Lessa Pansa
Diretor Presidente, Comercial e de Relações com Investidores

Notas Explicativas

NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

C.N.P.J. 51.128.999/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação, manufatura, venda, distribuição e preparação de fertilizantes, fertilizantes organominerais, micronutrientes, herbicidas, fungicidas, inseticidas, espalhantes adesivos e outros defensivos agrícolas em geral, produtos químicos industriais, bem como seu processamento, ração animal, insumos pecuários, produtos para alimentação animal, sementes em geral, comércio de mercadorias em geral, processamento e enriquecimento de metais secundários e produtos afins.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil. O novo modelo adota um IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao ICMS e ao ISS. Foi ainda criado o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, com caráter regulatório e incidência sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Parte relevante da reforma foi regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, resultante do PLP nº 68/2024, permanecendo outros aspectos em fase final de regulamentação.

A reforma será implementada de forma gradual, com período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os sistemas tributários atual e novo coexistirão, estando a vigência plena prevista para 2033. Entre seus principais objetivos estão a simplificação do sistema tributário, a adoção da tributação no destino, a não cumulatividade plena, a uniformização da legislação nacional e a gestão centralizada do IBS por meio de Comitê Gestor. Durante a transição, as entidades deverão acompanhar a evolução da regulamentação para avaliar os impactos operacionais e tributários decorrentes da substituição dos tributos atuais. Do ponto de vista contábil, a Reforma poderá exigir a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo, bem como da recuperabilidade de créditos acumulados de ICMS, PIS e COFINS, considerando sua eventual compensação ou extinção no novo regime. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiram pronunciamentos específicos sobre o tema. Diante do estágio atual da regulamentação, os impactos da Reforma somente poderão ser plenamente avaliados ao longo do período de transição e, conseqüentemente, não há efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026.

2. Elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de caixa e equivalentes que são mensuradas pelo valor justo através do resultado. Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na nota 3.3.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que passam a ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS). Não houve outros resultados abrangentes no exercício divulgado, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA). As demonstrações financeiras consolidadas incluem a empresa: Quirios Produtos Químicos Ltda. (vide nota 10).

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2026 foram devidamente aprovadas em reunião da Diretoria em 11/05/2026.

d) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada e são apresentadas em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras vêm sendo aplicadas de modo consistente para os exercícios apresentados. A Companhia declara que suas demonstrações foram elaboradas utilizando as mesmas práticas contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Apuração do resultado – A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre essas. Os impostos sobre as vendas e descontos são reconhecidos quando há vendas faturadas. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos da transação podem ser mensurados de forma confiável e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

Notas Explicativas

3.2 Transações em moeda estrangeira – São reconhecidas contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

3.3 Estimativas contábeis – Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. A Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações. Essas demonstrações incluem estimativas referentes a valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos contingentes, definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, taxas de juros para refletir o valor presente de ativos e passivos.

3.4 Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

a) Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros: A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

e) Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

Notas Explicativas

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

f) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa – Incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, 90 dias. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados que são obtidos.

3.6 Contas a receber de clientes e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa – As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário são classificadas no ativo não circulante. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. As constituições e reversões são demonstradas na rubrica outras despesas e receitas operacionais.

3.7 Estoques – São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

3.8 Imobilizado - A Companhia e sua controlada adotaram em 1º de janeiro de 2009 a opção do custo atribuído ao seu ativo imobilizado. Anteriormente a esse período, o método utilizado era o de custo de aquisição. Ao adotar o custo atribuído, a Companhia efetuou o levantamento de todos os bens que ainda estão em operação, assegurando que o avaliador destacasse a vida útil remanescente e o valor residual previsto, a fim de estabelecer o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data de adoção inicial. A contrapartida do ajuste foi registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, reduzido pelo Imposto de Renda diferido passivo. Nos anos subsequentes, parte do saldo dessa conta será periodicamente transferida para lucros acumulados, em montante idêntico à depreciação e às baixas referentes ao ativo imobilizado, objeto de atribuição de novo valor. Esses valores serão adicionados ao lucro líquido para fins de apuração do lucro tributável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil econômica, conforme os laudos realizados. A média ponderada da vida útil dos ativos está demonstrada a seguir:

	Anos
Máquinas e equipamentos	Entre 2 a 23 anos
Móveis e utensílios	Entre 2 a 18 anos
Veículos	5 anos
Edifícios, construções, instalações e benfeitorias	Entre 10 a 60 anos
Outras imobilizações	Entre 1 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

3.9 Intangível - Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de *software* são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano.

O valor do ágio registrado em aquisição de participação societária foi fundamentado com base na expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Esse ágio é decorrente da diferença entre o valor do patrimônio líquido contábil da empresa controlada e o valor justo devidamente avaliado através de laudo emitido por terceiros e fundamentado com base em expectativa de rentabilidade futura, apurado com base na projeção de resultados da respectiva empresa investida, utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, considerando um período projetivo de dez anos. O ágio não é amortizado pela fundamentação de vida útil infinita, sendo que, anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre esse investimento, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente o fluxo de caixa descontado das unidades de negócio da empresa investida, dos quais foi considerada a base para o ágio.

3.10 Investimentos em controlada - são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data da aquisição do controle acionário e/ou em cuja participação a Companhia tenha influência nas decisões de sua investida. Desta forma a participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada, após a aquisição, é reconhecida na demonstração do resultado tendo como contrapartida o custo do investimento. As movimentações acumuladas pós-aquisição são ajustadas contra o custo do investimento. Ganhos não realizados em transações entre a Companhia e sua controlada são eliminados na participação da Companhia. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - Os testes de *impairment* sobre o ágio com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Para os outros ativos não financeiros a Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para a identificação dos fluxos de caixa.

3.12 Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Fornecedores Risco Sacado - As operações de risco sacado “*forfait*”, reconhecidas a valor justo, decorrem de contratos firmados pela Companhia com Instituições financeiras para a liquidação de obrigações com fornecedores. Nessa operação a Companhia transfere, à Instituição financeira, a obrigação do pagamento ao fornecedor na data do vencimento do título ou em data preestabelecida, firmada com o fornecedor, passando a Instituição financeira a ser credora da operação.

3.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - O resultado de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço. Os valores são apresentados líquidos no balanço patrimonial, no passivo quando há montantes a pagar ou no ativo quando os pagamentos antecipados excedem o valor devido.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda, calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240 mil no período, e a contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, conforme a legislação vigente, sendo ambos reconhecidos pelo regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.15 IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, emitida pelo IASB em abril de 2024 e com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, substitui a IAS 1, mantendo diversas exigências anteriores e incorporando novos requisitos voltados ao aprimoramento da apresentação do desempenho financeiro. A norma introduz uma estrutura mais consistente para a demonstração do resultado, exigindo a classificação de receitas e despesas em categorias específicas (operacional, investimento e financiamento), com subtotais padronizados.

Entre as principais inovações estão a obrigatoriedade de divulgação, em notas explicativas, das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (Management-Defined Performance Measures – MPMs), incluindo metodologia de cálculo e justificativa de sua relevância, bem como o fortalecimento dos princípios de agregação e desagregação de informações. A norma também reforça a conectividade entre as demonstrações financeiras e as notas explicativas, buscando maior clareza, relevância e transparência das informações, sem alterar os critérios de mensuração do desempenho financeiro.

A IFRS 18 deve ser aplicada retrospectivamente, com reapresentação dos períodos comparativos conforme o IAS 8. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) está em processo de emissão do CPC 51, convergente à IFRS 18, que substituirá o CPC 26 (R1). Até a conclusão desse processo e a aprovação pelos órgãos reguladores, recomenda-se que as entidades avaliem os impactos potenciais, incluindo reclassificações relevantes, identificação das MPMs e o planejamento da adoção retrospectiva. Embora ainda em discussão eventuais conflitos com a legislação societária, não se esperam alterações substanciais no arcabouço legal vigente.

3.16 Resultado por ação - De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

Notas Explicativas

Lucro Básico	Controladora	
	31/03/26	31/03/25
Numerador Básico		
Resultado Líquido do período disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Resultado líquido do período para as ações ordinárias	(570)	(2.463)
Denominador Básico		
Média ponderada das ações deduzindo a média das ações em tesouraria		
Ações Ordinárias*	13.244.400	13.244.400
(Prejuízo)/ Lucro por ação (em R\$) - Básico	(0,04)	(0,19)

Lucro Diluído	Controladora	
	31/03/26	31/03/25
Numerador Diluído		
Resultado Líquido do período disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Resultado líquido do período para as ações preferenciais	0	0
Mais:		
Ajuste ao resultado líquido do período disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais.	0	0
Resultado líquido do período para as ações ordinárias	(570)	(2.463)
Menos:		
Ajuste ao resultado líquido do período disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais.	0	0
	(570)	(2.463)
Denominador Diluído		
Média ponderada das ações		
Ações Ordinárias*	13.244.400	13.244.400
Ações Preferenciais	0	0
(Prejuízo)/ Lucro por ação (em R\$) - Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	(0,04)	(0,19)

* O número não está transformado em milhares, vide nota 17.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Caixa e Bancos	2.528	2.559	2.533	2.565
Aplicações financeiras	1	442	1	442
Total	2.529	3.001	2.534	3.008

Notas Explicativas**5. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Clientes nacionais	24.863	25.040	25.770	26.001
Clientes internacionais	8.450	6.170	9.052	7.376
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(7.661)	(7.572)	(8.514)	(8.425)
	25.651	23.639	26.308	24.953

Movimentação da PECLD	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Saldo Inicial	(7.572)	(6.819)	(8.425)	(7.672)
Constituição de perdas	(159)	(1.210)	(159)	(1.210)
Reversão	70	457	70	457
Saldo Final	(7.661)	(7.572)	(8.514)	(8.425)

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Produtos acabados	17.285	17.762	17.285	17.762
Matéria-prima	7.601	10.037	7.601	10.037
Material de embalagem	1.039	966	1.039	966
Mercadoria em poder de terceiros	246	246	246	246
Estoque em processo	1.152	2.281	1.152	2.281
Outros estoques	1.765	1.635	1.765	1.635
Ajuste ao valor realizável líquido	(774)	(774)	(774)	(774)
Total	28.314	32.153	28.314	32.153

7. Impostos a recuperar

Controladora	Circulante		Não circulante	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
IPI a recuperar	137	155	705	550
IRPJ e CSLL	108	108	-	-
ICMS a recuperar	3.055	4.408	-	-
PIS a recuperar*	775	1.046	405	374
COFINS a recuperar*	3.464	4.711	1.788	1.203
ICMS s/ativo permanente	88	100	-	-
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal **	-	-	4.584	4.584
CSLL diferido s/base negativa **	-	-	1.650	1.650
Total	7.628	10.527	9.133	8.362

Notas Explicativas

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
IPI a recuperar	137	155	705	
IRPJ e CSLL a recuperar	541	105		-
IRRF a recuperar	104	537		550
ICMS a recuperar	6.106	7.413		33
PIS a recuperar *	1.066	1.354	443	402
COFINS a recuperar*	4.749	6.304	1.962	1.330
ICMS s/ativo permanente	88	100		-
IRPJ diferido s/prejuízo fiscal **		-	5.935	5.935
CSLL diferido s/base negativa **		-	2.136	2.136
Total	12.791	15.968	11.181	10.386

*Na controladora e consolidado os saldos classificados no não circulante do PIS e COFINS correspondem aos créditos acumulados, sendo estes relacionados à pedidos de restituição aos órgãos competentes.

**A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O reconhecimento desses créditos tributários foi efetuado com base em estudo técnico de viabilidade preparado pela administração, que considera projeções de resultados tributáveis futuros, demonstrando a probabilidade de realização desses ativos fiscais.

De acordo com as estimativas constantes nesse estudo, a realização dos créditos tributários diferidos deverá ocorrer no período compreendido entre os exercícios de 2026 e 2035, por meio da compensação com lucros tributáveis futuros, observados os limites e condições previstos na legislação tributária vigente.

Ano	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
2026	506	182	933	335
2027	569	205	735	265
2028	559	201	704	253
2029	554	199	679	245
2030	513	185	626	225
2031	472	170	572	206
2032	429	154	517	186
2033	390	140	469	169
2034	338	122	408	147
2035	254	92	314	113
Total	4.584	1.650	5.958	2.144

Notas Explicativas

8. Imobilizado

Controladora	31/12/25			31/12/24	Controladora - Movimentação	31/12/24				31/12/25
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		Saldo Anterior	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	Saldo Atual
Máquinas e equipamentos	7.220	(4.417)	2.803	2.107	Máquinas e equipamentos	2.107	1.065	-	(370)	2.803
Móveis e utensílios	1.004	(721)	284	192	Móveis e utensílios	192	127	-	(34)	285
Computadores e periféricos	945	(720)	224	234	Computadores e periféricos	234	103	-	(112)	224
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	5.421	(742)	4.679	4.148	Benfeitoria em imóveis de 3ºs	4.148	736	-	(205)	4.679
Impairment	(111)	-	(111)	(111)	Impairment	(111)	-	-	-	(111)
Total imobilizado	14.480	(6.601)	7.879	6.570	Total imobilizado	6.570	2.031	-	(721)	7.879
Controladora	31/03/26			31/12/25	Controladora - Movimentação	31/12/25				31/03/26
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		Saldo Anterior	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	Saldo Atual
Máquinas e equipamentos	7.276	(4.517)	2.759	2.803	Máquinas e equipamentos	2.803	65	(8)	(101)	2.759
Móveis e utensílios	1.011	(730)	281	285	Móveis e utensílios	285	7	-	(10)	281
Computadores e periféricos	947	(745)	201	224	Computadores e periféricos	224	2	-	(24)	201
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	5.491	(797)	4.694	4.679	Benfeitoria em imóveis de 3ºs	4.679	70	-	(54)	4.695
Impairment	(111)	-	(111)	(111)	Impairment	(111)	-	-	-	(111)
Total imobilizado	14.614	(6.789)	7.825	7.880	Total imobilizado	7.879	143	(8)	(189)	7.825
Consolidado	31/12/25			31/12/24	Consolidado - Movimentação	31/12/24				31/12/25
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		Saldo Anterior	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	Saldo Atual
Terrenos	3.318	-	3.318	3.318	Terrenos	3.318	-	-	-	3.318
Construções	3.486	(2.317)	1.169	1.297	Construções	1.297	-	-	(129)	1.168
Instalações industriais	2.398	(2.012)	386	386	Instalações industriais	386	-	-	-	386
Máquinas e equipamentos	18.761	(11.652)	7.109	6.415	Máquinas e equipamentos	6.415	1.065	-	(372)	7.108
Móveis e utensílios	1.633	(1.311)	322	229	Móveis e utensílios	229	127	-	(34)	322
Computadores e periféricos	1.416	(1.167)	249	260	Computadores e periféricos	260	103	-	(113)	250
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	5.434	(747)	4.686	4.157	Benfeitoria em imóveis de 3ºs	4.157	736	-	(206)	4.686
Impairment	(111)	-	(111)	(111)	Impairment	(111)	-	-	-	(111)
Total imobilizado	36.335	(19.206)	17.129	15.953	Total imobilizado	15.953	2.031	-	(854)	17.129
Consolidado	31/03/26			31/12/25	Consolidado - Movimentação	31/12/25				31/03/26
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		Saldo Anterior	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	Saldo Atual
Terrenos	3.318	-	3.318	3.318	Terrenos	3.318	-	-	-	3.318
Construções	3.486	(2.349)	1.137	1.168	Construções	1.168	-	-	(32)	1.136
Instalações industriais	2.398	(2.012)	386	386	Instalações industriais	386	-	-	-	386
Máquinas e equipamentos	18.817	(11.751)	7.066	7.108	Máquinas e equipamentos	7.108	65	(8)	(101)	7.065
Móveis e utensílios	1.640	(1.321)	319	322	Móveis e utensílios	322	7	-	(10)	319
Computadores e periféricos	1.418	(1.193)	225	250	Computadores e periféricos	250	2	-	(26)	226
Benfeitoria em imóveis de 3ºs	5.504	(802)	4.701	4.686	Benfeitoria em imóveis de 3ºs	4.686	70	-	(55)	4.701
Impairment	(111)	-	(111)	(111)	Impairment	(111)	-	-	-	(111)
Total imobilizado	36.469	(19.428)	17.041	17.129	Total imobilizado	17.129	143	(8)	(224)	17.041

Notas Explicativas

9. Intangível

Controladora	Taxa Amortização	31/03/26			31/12/25
		Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos intangíveis:					
Softwares	20%	407	(312)	95	105
Outros	10%	8	-	8	8
Total		415	(312)	103	113

Consolidado	Taxa Amortização	31/03/26			31/12/25
		Custo original	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Outros Ativos intangíveis:					
Softwares	20%	407	(312)	95	105
Ágio - Nota 10		12.828	-	12.828	12.828
Outros	10%	16	-	16	16
Total		13.251	(312)	12.939	12.949

10. Investimento em Controlada

<u>Origem:</u>	<u>31/03/26</u>	<u>31/12/25</u>
Avaliados por equivalência patrimonial	33.042	32.630
Ágio por rentabilidade futura	12.828	12.828
Soma	45.870	45.458
Outros investimentos (Consolidado)	20	20
Total	45.890	45.478

O ágio contábil por expectativa de rentabilidade futura foi apurado na aquisição da controlada em 30/04/2012, cujo montante foi de R\$ 12.828, o qual não é amortizado, e se sujeita a teste anual de recuperabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01.

No período findo em 31 de março de 2026 a base sobre qual o valor recuperável tenha sido determinado é o Valor em Uso e o cálculo realizado pela administração foi baseado na projeção dos resultados para os próximos 10 anos. A projeção de crescimento foi baseada nas demonstrações contábeis encerradas nos últimos 3 anos (2023 a 2025). A receita foi projetada utilizando uma projeção de crescimento médio de 2,0% ao ano. Os cálculos foram feitos por pessoa especializada da administração, de forma interna. Os impostos, custos, despesas e impostos de renda foram proporcionais ao crescimento da receita.

A taxa de crescimento está de acordo com a estimativa de crescimento do setor em que a companhia atua.

A taxa de desconto utilizada pela administração em 2025 foi o custo médio ponderado do capital, ou WACC de 16,47 %.

Notas Explicativas

Os saldos da controlada e sua movimentação estão assim demonstrados:

<u>Controlada: Quirios Produtos Químicos Ltda.</u>	<u>31/03/26</u>	<u>31/12/25</u>
Participação	100%	100%
Total do ativo circulante	15.716	15.702
Total do ativo não circulante	31.905	31.914
Total do passivo circulante	4.086	4.229
Total do passivo não circulante	10.493	10.757
Patrimônio líquido	32.630	28.437
Receita líquida	930	8.705
Resultado do exercício	412	4.193
Movimentação do Investimento	<u>31/03/26</u>	<u>31/12/25</u>
Participação	100%	100%
Saldo inicial	45.457	41.264
Equivalência patrimonial - sobre o resultado	412	4.193
Saldo final	<u>45.870</u>	<u>45.457</u>

11. Fornecedores e Outros Débitos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/26</u>	<u>31/12/25</u>	<u>31/03/26</u>	<u>31/12/25</u>
Fornecedores nacionais	8.923	12.108	9.202	12.435
Fornecedores internacionais	7.400	9.830	7.400	9.860
Outros Débitos (a)	471	471	869	869
Total circulante	<u>16.794</u>	<u>22.409</u>	<u>17.472</u>	<u>23.164</u>
Provisao Fornecedores	76	124	2.830	2.878
Outros Débitos (a)	7.532	7.532	13.908	13.908
Total não Circulante	<u>7.608</u>	<u>7.656</u>	<u>16.738</u>	<u>16.786</u>

(a) Outros Débitos

Em 02 de outubro de 2017 a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Extrajudicial (“REJ”) na Comarca de Barueri, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Em 01 de novembro de 2018 o plano de REJ proposto pela Companhia foi homologado, conforme decisão judicial proferida pela 5ª Vara Cível da Comarca de Barueri/SP. Em razão da homologação do plano e definição do cronograma de pagamentos dos credores da REJ, a Companhia ajustou a valor presente o total da dívida sujeita ao plano reconhecendo contabilmente em 31 de dezembro de 2019 o resultado de ajuste a valor presente de R\$ 29.537 na controladora e R\$ 52.334 no consolidado. Em 25 de novembro de 2020 a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferiu anulação à homologação do plano de Recuperação Extrajudicial, após agravo à REJ interposto por certos credores em relação à homologação do plano de REJ e/ou sujeição destes credores aos efeitos da REJ. Na decisão proferida houve a menção de que não houve prejuízos aos credores e a opção facultativa de apresentação de novo plano. A Companhia e sua Controlada, através dos assessores jurídicos entendeu que em função das considerações apresentadas na decisão de anulação da Homologação é praticamente certo o sucesso da homologação do novo plano da Recuperação Extrajudicial. Em 04 de outubro de 2022, através de fato relevante divulgado ao mercado, a

Notas Explicativas

Companhia e sua controlada informaram que por decisões judiciais o novo processo seria protocolado na 2ª Vara Regional Empresarial. Em 28 de outubro de 2022, por deliberação em AGE, a companhia autorizou ao Conselho de Administração a proceder o protocolamento do pedido do plano de recuperação extrajudicial. Em 28 de janeiro de 2024 a Companhia apresentou toda a documentação anteriormente solicitada pela Administradora Judicial do processo, reiterando o pedido de homologação do plano e aguarda a decisão do Juízo. Em função do novo plano, a Companhia e sua controlada procederam as atualizações nos saldos apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em 19 de março de 2025 a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que o processo nº. 1001193-63.2022.8.26.0260 da 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da grande São Paulo homologou o plano de recuperação extrajudicial em sentença proferida no dia 18 de março de 2025.

A Administração da Companhia e sua controlada estima que tais efeitos, se houver não trarão efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, uma vez que os saldos apresentados já consideravam o sucesso do plano ora apresentado sujeito à homologação.

12. Empréstimos e financiamentos

Controladora					
Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/03/26	31/12/25
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	jun/29	417	337
Banco Money Plus	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	2.062	3.285
Banco Link	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	mar/26	-	1.224
Banco Artico	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	mar/27	6.033	2.011
Banco SB Credito	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	jan/28	5.662	4.768
Banco Fundo Athena	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	731	1.500
Banco Fundo Multiplica	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	ago/26	443	709
Banco Fundo Stars Securitizadora	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	1.264	1.755
Banco Fundo Ativa Fide	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	set/26	1.366	581
Banco Fundo Continental	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	jan/26	-	500
Total circulante				17.978	16.670
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	jun/29	1.598	1.728
Banco SB Credito	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	set/27	2.223	2.991
Total não circulante				3.821	4.719
Total geral				21.799	21.389

Notas Explicativas

Consolidado					
Instituição financeira	Modalidade	Garantia	Vencimento	31/03/26	31/12/25
Banco Santander	Capital de giro	Aval	mar/27	248	221
CCB Brasil	Finep	Fiança Bancária	out/24	73	73
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	jun/29	417	337
Banco Money Plus	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	2.062	3.285
Banco Link	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	mar/26	-	1.224
Banco Artico	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	mar/27	6.033	2.011
Banco SB Credito	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	jan/28	5.662	4.768
Banco Fundo Athena	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	731	1.500
Banco Fundo Multiplica	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	ago/26	443	709
Banco Fundo Stars Securitizadora	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	out/26	1.264	1.755
Banco Fundo Ativa Fidc	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	set/26	1.366	581
Banco Fundo Continental	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	jan/26	-	500
Total circulante				18.299	16.964
Banco Santander	Capital de giro	Aval	mar/27	-	178
Banco Daycoval	Capital de giro	Recebíveis	jun/29	1.598	1.728
Banco SB Credito	Fundos Creditórios / FIDC	Recebíveis	set/27	2.223	2.991
Total não circulante				3.821	4.897
Total geral				22.120	21.861

As taxas dos empréstimos e financiamentos acima contratados são as utilizadas pelo mercado.

13. Obrigações trabalhistas, provisões e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
INSS a recolher	286	334	286	334
FGTS a recolher	86	131	86	131
Prov. Trabalhistas (Férias)	1.626	1.644	1.626	1.644
Remuneração dos empregados	243	386	243	386
Parcelamentos	655	680	655	680
Total	2.897	3.175	2.897	3.175
Não circulante				
Parcelamentos	359	516	359	516
Total não circulante	359	516	359	516
Total	3.256	3.692	3.256	3.691

Notas Explicativas**14. Obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Circulante				
ICMS - parcelamento	508	492	509	524
ICMS - Recolher	61	11	61	11
IRRF a Recolher	0	1	0	1
INSS Retido	0	1	0	1
Provisão IRPJ	0	0	97	165
Provisão CSLL	0	0	37	62
PIS a Recolher	6	8	6	8
Impostos Federais - Parcelamento	65	85	147	164
Total Circulante	641	598	858	936
Não circulante				
ICMS - parcelamento	940	764	940	824
Impostos Federais - Parcelamento		0	48	66
Total não circulante	940	764	988	890
Total	1.581	1.362	1.847	1.827

15. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Natureza da contingência:				
Trabalhista	96	96	96	96
Cível	210	210	210	210
Total	306	306	306	306

Os processos com probabilidade de perda possível estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Contingências trabalhistas	245	245	245	245
Contingências cíveis	7.424	7.424	9.596	9.596
Contingências fiscais	70	70	530	530
Total	7.739	7.739	10.371	10.371

16. Encargos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
IR diferido s/o ajuste de avaliação patrimonial	-	-	967	973
CS diferido s/o ajuste de avaliação patrimonial	-	-	348	350
Total	-	-	1.315	1.323

Notas Explicativas

17. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de março de 2026, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 13.244.400 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e escriturais e está assim distribuído:

	<u>31/03/26</u>	<u>31/12/25</u>
Controladores/Diretoria	9.930.000	9.980.000
Mercado	3.303.400	3.253.400
Ações em Tesouraria	11.000	11.000
Total	<u>13.244.400</u>	<u>13.244.400</u>

18. Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/26</u>	<u>31/03/25</u>	<u>31/03/26</u>	<u>31/03/25</u>
Mercado Interno	36.959	53.125	36.707	51.294
Mercado Externo	6.700	2.126	7.019	4.176
	<u>43.659</u>	<u>55.251</u>	<u>43.726</u>	<u>55.470</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e descontos	(714)	(2.309)	(763)	(2.309)
Impostos sobre as vendas	(5.663)	(7.319)	(5.597)	(6.851)
	<u>(6.376)</u>	<u>(9.628)</u>	<u>(6.360)</u>	<u>(9.160)</u>
Receita operacional líquida	<u>37.282</u>	<u>45.622</u>	<u>37.365</u>	<u>46.310</u>

19. Despesas com vendas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/26</u>	<u>31/03/25</u>	<u>31/03/26</u>	<u>31/03/25</u>
Despesas com pessoal	634	764	634	764
Despesas com viagens e veículos	152	105	152	105
Despesas com aluguel	543	520	545	520
Serviços prestados por terceiros	338	380	338	380
Comissões	335	306	335	306
Fretes	710	2.741	739	2.834
Exportação	20	222	23	353
Outras despesas com vendas	95	258	51	241
Total	<u>2.828</u>	<u>5.297</u>	<u>2.816</u>	<u>5.502</u>

20. Informações por segmento

A administração da Companhia não utiliza para tomada de decisão a análise gerencial por linha de segmento. A atual gestão utiliza para avaliação do desempenho e alocação de recursos uma única linha de produtos.

Notas Explicativas

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Despesas com pessoal	1.026	950	1.026	950
Depreciação e amortização	38	39	71	71
Despesas com impostos e taxas	76	104	108	149
Serviços prestados por terceiros	996	1.114	1.031	1.120
Outras despesas administrativas	565	671	421	533
Total	2.701	2.876	2.657	2.823

22. Outras (despesas) receitas

Refere-se substancialmente a Receita de Subvenção de Investimento e ao reconhecimento do direito de precatórios a receber.

23. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Variações cambiais ativas	667	911	671	950
Ajuste a valor presente			31	
Juros recebidos	31	19	1	124
Outras receitas financeiras	1			
Total das receitas financeiras	699	930	703	1.074
Juros incorridos s/ empréstimos, financiamentos e fornecedores	(2.504)	(1.417)	(2.559)	(1.513)
Variações cambiais passivas	(604)	(673)	(635)	(905)
Despesas bancárias	(210)	(163)	(214)	(166)
Total das despesas financeiras	(3.317)	(2.253)	(3.407)	(2.584)
Resultado financeiro líquido	(2.618)	(1.323)	(2.704)	(1.510)

Notas Explicativas

24. Partes relacionadas

Controladora	31/03/26	31/12/25
Ativo circulante		
Dividendos (a)	147	147
Passivo circulante		
Adiantamentos e empréstimos de terceiros - Quirios	9.422	8.428
Fornecedores - Tripto Participações Ltda. (e)	292	306
Passivo não circulante		
Contrato de mútuo - Quirios Produtos Químicos Ltda. (d)	18.363	18.363
Contrato de mútuo - Emilio Pansa. (c)	278	278
Resultado dos exercícios findos		
Vendas de produtos acabados - Quirios Produtos Químicos Ltda.	307	5.847
Despesa com Aluguel de imóvel - Quirios Produtos Químicos Ltda (b)	681	2.645
Despesa com prestação de serviços - Tripto Participações Ltda	-	733
Consolidado	31/03/26	31/12/25
Ativo não circulante		
Controni Agropecuária S/A (d)	2.267	2.267

(a) Dividendos a receber da controlada Quirios, subsidiária integral, decorrente do lucro de 2012, sem taxa de juros. O prazo para a realização é indeterminado.

(b) A Companhia não realizou compras de matérias-primas com a Controlada em março de 2026 e dezembro de 2025 e realizou vendas à Controlada de R\$ 307 (R\$ 5.847 em dezembro de 2025). Além destas operações a Controladora incorreu em Despesas de Aluguel para com a controlada em R\$ 681 mil (R\$ 2.645 mil em 2025)

(c) Os contratos de mútuo realizados com pessoa jurídica relacionada têm prazo indeterminado e foram atualizados pela variação do CDI + 1% a.m. até dezembro de 2017. O contrato com o Sr Emilio Pansa tem prazo indeterminado e possui uma remuneração de 5% a.a. até 31 de dezembro de 2025, tendo sido acordado entre as partes a suspensão da incidência de encargos financeiros sobre o saldo devedor a partir de 2026.

(d) Refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a sociedade controlada Quirios Produtos Químicos Ltda. e a Controni Agropecuária e Participações Ltda. anteriormente à incorporação de ações em abril de 2012. O valor registrado no grupo ativo não circulante representava, na data da incorporação, aluguéis pagos antecipadamente pela Quirios para a Controni. Os valores antecipados foram convertidos em mútuos. Os contratos de mútuo eram originalmente remunerados com base na variação do CDI acrescida de 1% ao mês. Contudo, foi formalizado aditivo contratual que estabelece a suspensão da incidência de encargos financeiros sobre o saldo devedor a partir de 2026; assim, não houve reconhecimento de juros em março de 2026 (R\$ 104 registrados em março de 2025). Adicionalmente, a controlada celebrará acordo com a contraparte para quitação do empréstimo em prazo de até três anos.

Notas Explicativas

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para a manutenção do capital de giro e o suprimento do seu plano de investimentos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras), do saldo a receber de clientes e do passivo circulante aproxima-se do saldo contábil em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo dos financiamentos é atualizado monetariamente com base em taxas de juros variáveis, em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor existente na data do balanço está próximo ao valor de mercado.

Gerenciamento de risco

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos relacionados à Companhia e suas operações.

Gerenciamento dos riscos de crédito

A exposição aos riscos de crédito pode fazer a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A mitigação desses riscos ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de clientes, ações de cobrança e corte no fornecimento de novos produtos. Em caso de perdas com créditos de liquidação duvidosa, são constituídas provisões em montantes considerados suficientes pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com a realização.

A Companhia não divulga os cronogramas para instrumentos financeiros derivativos passivos por não ter esse tipo de instrumento reconhecido nas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos na variação do dólar e CDI, aos quais a Companhia está exposta em 31 de março de 2026, a seguir estão apresentadas possíveis alterações de 25% e 50% nas variáveis relevantes de risco em relação à exposição líquida em moeda estrangeira

Notas Explicativas

(fornecedores internacionais) e possíveis alterações de 25% e 50% sobre a taxa do CDI em virtude à exposição dos empréstimos e financiamentos.

Fornecedores Internacionais

Controladora

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (atual) ganho (perda) no resultado</u>	<u>Cenário II Aumento do dólar de 25%</u>	<u>Cenário III Aumento do dólar de 50%</u>
Fornecedores	Variação cambial	63	(1.850)	(3.700)

Consolidado

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (atual) ganho (perda) no resultado</u>	<u>Cenário II Aumento do dólar de 25%</u>	<u>Cenário III Aumento do dólar de 50%</u>
Fornecedores	Variação cambial	36	(1.850)	(3.700)

Saldo Empréstimo - nota 12

<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>31/03/26</u>	<u>31/03/26</u>
21.799	22.120

Juros no Período

Aumento de 25% do CDI	806	818
Aumento de 50% do CDI	4.835	4.907

26. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos diretores estatutários da Companhia é composta por remuneração fixa, que inclui ordenados, salários e contribuições para a seguridade social. No período findo em 31/03/2026 a remuneração total foi de R\$ 157 mil (R\$ 116 mil no 1º trimestre de 2025).

Durante os períodos findos em março de 2026 e março de 2025 não houve remuneração vinculada a benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo.

27. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui apólices de seguros para cobertura de riscos patrimoniais e de veículos com a Itaú Seguros S/A. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria anual, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

28. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM 80/2022, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (JPPS Auditores Independentes S/S Ltda.), emitido em 11 de maio de 2026.

29. Eventos Subsequentes

Não houve eventos que mereçam menção nas demonstrações contábeis até a aprovação destas pela administração.

Ricardo Lessa Pansa

Diretor Presidente, Comercial e de Relações com Investidores

Cleide Sampaio da Silva

Contadora CRC SP – 223.924/O-1

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: Nutriplant Indústria e Comércio S.A.			Posição em 31/03/2026 (Em Unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
TRIPTO PARTICIPACOES LTDA	9.769.700	73,8	9.769.700	73,8
TRILOGIA INVESTIMENTOS LTDA	1.305.300	9,9	1.305.300	9,9
ALAGRO DO BRASIL LTDA	1.113.800	8,4	1.113.800	8,4
Ações em tesouraria	11.000	0,1	11.000	0,1
Outros	1.044.600	7,8	1.044.600	7,8
Total	13.244.400	100	13.244.400	100

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA			Posição em 31/03/2026 (Em Unidades de Ações/Cotas)	
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Emilio Pansa	3.593.296	36,78	3.593.296	36,78
Eduardo Lessa Pansa	847.033	8,67	847.033	8,67
Ricardo Lessa Pansa	1.517.234	15,53	1.517.234	15,53
Andréa Cristina Lessa Pansa Scalon	847.033	8,67	847.033	8,67
Laura Lessa Pansa	847.033	8,67	847.033	8,67
Jadwiga Cichon Pansa	2.118.071	21,68	2.118.071	21,68
Total TRIPTO PARTICIPACOES LTDA	9.769.700	100	9.769.700	100
Gabriela Pansa Scalon	652.650	50	652.650	50
Mariana Pansa Scalon	652.650	50	652.650	50
Total TRILOGIA INVESTIMENTOS LTDA	1.305.300	100	1.305.300	100
Robin Hermans	1.113.800	8,4	1.113.800	8,4
Total ALAGRO DO BRASIL LTDA	1.113.800	100	1.113.800	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2026				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Grupo de Controle	9.930.000	75,0	9.930.000	75,0
Administradores	0	0,0	0	0,0
Conselho de Administração	0	0,0	0	0,0
Diretoria	0	0,0	0	0,0
Conselho Fiscal (1)				
Ações em Tesouraria	11.000	0,1	11.000	0,1
Outros Acionistas	3.303.400	24,9	3.303.400	24,9
Total	13.244.400	100	13.244.400	100
Ações em Circulação	3.303.400	24,9	3.303.400	24,9

(1) A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 31/03/2025 (12 meses atrás)				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Grupo de Controle	9.930.000	75,0	9.930.000	75,0
Administradores	50.000	0,4	50.000	0,4
Conselho de Administração	0	0,0	0	0,0
Diretoria	50.000	0,4	50.000	0,4
Conselho Fiscal				
Ações em Tesouraria	11.000	0,1	11.000	0,1
Outros Acionistas	3.253.400	24,6	3.253.400	24,6
Total	13.244.400	100	13.244.400	100
Ações em Circulação	3.253.400	24,6	3.253.400	24,6

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, conforme cláusula compromissória constante no artigo 32 de seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
BARUERI – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da NUTRIPLANT INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Outros Débitos – REJ – Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa 11 que teve como origem a reclassificação feita das rubricas de fornecedores e empréstimos e financiamentos, conforme divulgado nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, sendo a natureza desta rubrica os passivos constantes no Plano da Recuperação Extrajudicial, demonstrados ao valor presente, tendo em vista a homologação do plano de Recuperação Extrajudicial.

Em 02 de outubro de 2017 a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Extrajudicial ("REJ") na Comarca de Barueri, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Em 01 de novembro de 2018 o plano de REJ proposto pela Companhia foi homologado, conforme decisão judicial proferida pela 5ª Vara

Cível da Comarca de Barueri/SP. Em razão da homologação do plano e definição do cronograma de pagamentos dos credores da REJ, a Companhia ajustou a valor presente o total da dívida sujeita ao plano.

Em 25 de novembro de 2020 a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferiu anulação à homologação do plano de Recuperação Extrajudicial, após agravo à REJ interposto por certos credores em relação à homologação do plano de REJ e/ou sujeição destes credores aos efeitos da REJ. Na decisão proferida houve a menção de que não houve prejuízos aos credores e a opção facultativa de apresentação de novo plano. A Companhia e sua controlada, através dos assessores jurídicos entendeu que em função das considerações apresentadas na decisão de anulação da Homologação é praticamente certo o sucesso da homologação do novo plano da Recuperação Extrajudicial. Em 04 de outubro de 2022, através de fato relevante divulgado ao mercado, a Companhia e sua controlada informaram que por decisões judiciais o novo processo seria protocolado na 2ª Vara Regional Empresarial. Em 28 de outubro de 2022, por deliberação em AGE, a companhia autorizou ao Conselho de Administração a proceder o protocolamento do pedido do plano de recuperação extrajudicial. Em 28 de janeiro de 2024 a Companhia apresentou toda a documentação anteriormente solicitada pela Administradora Judicial do processo, reiterando o pedido de homologação do plano e aguarda a decisão do Juízo. Em função do novo plano, a Companhia e sua controlada procederam as atualizações nos saldos apresentados e divulgados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em 19 de março de 2025 a Companhia divulgou fato relevante ao mercado informando que o processo nº. 1001193-63.2022.8.26.0260 da 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária da grande São Paulo homologou o plano de recuperação extrajudicial em sentença proferida no dia 18 de março de 2025.

A Administração da Companhia e sua controlada estima que tais efeitos, se houver, não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que os saldos apresentados já consideravam o sucesso do plano ora apresentado, sujeito à homologação.

Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Conforme descrito na Nota 7, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 6.235 milhões da controladora (R\$ 8.103 milhões no consolidado), registrados na

rubrica de impostos a recuperar no ativo não circulante. Ressaltamos que a realização desses créditos tributários diferidos depende da geração de lucros tributáveis futuros.

Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

JPPS Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP 023.001/O-0

Paulo Sergio Sangiorgio
Contador CRC 1SP 085.108/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao art.27 §1º inciso VI da Resolução CVM 80/22, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025.

Composição da Diretoria:

Ricardo Lessa Pansa - Diretor Presidente, Comercial e de Relações com Investidores

Fernando Medeiros Lima - Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao art.27 §1º inciso V da Resolução CVM 80/22, os Diretores da Companhia declaram que reviram e discutiram as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025.

Composição da Diretoria:

Ricardo Lessa Pansa - Diretor Presidente, Comercial e de Relações com Investidores

Fernando Medeiros Lima - Diretor Administrativo e Financeiro